

Infância em territórios de (in)segurança: narrativas compartilhadas com crianças, organizado por Luciana Martins Quixadá e Jaileila de Araújo Menezes

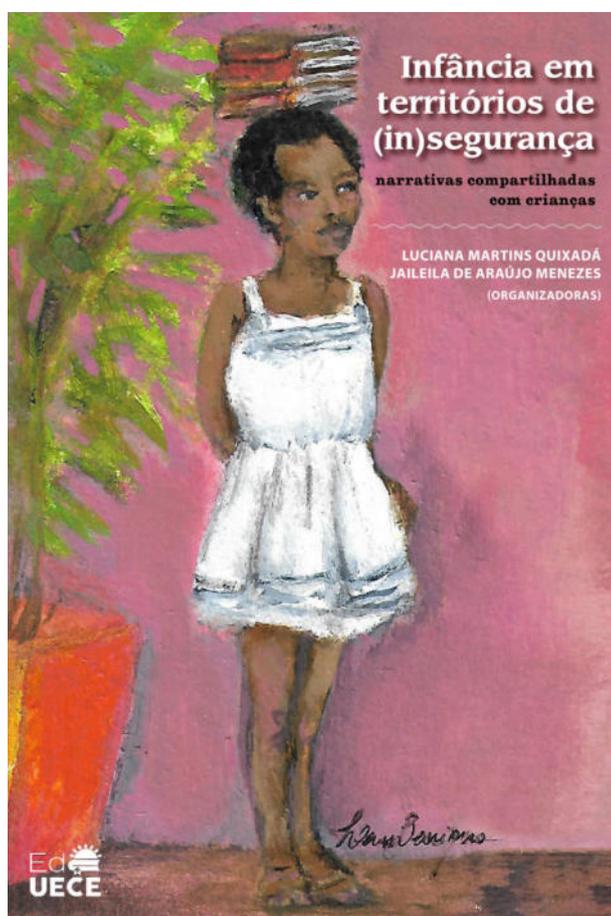
RESENHA/RESEÑA POR

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-4341-8138>

Que as palavras de crianças nos acertem: entre curas, memórias, revoltas, denúncias e lutos



O livro, *Infâncias em territórios de (in)segurança: narrativas compartilhadas com crianças*, organizado por Luciana Martins Quixadá e Jaileila de Araújo Menezes, mulheres com exercício da docência e da pesquisa em universidades públicas do Nordeste, reúne memórias, ensaios, pesquisas e relatos de experiência atravessados por dizeres revolucionários (GUATTARI, 1987); por falas que impõem suas condições de produção a quem se deixa por elas interpelar: chãos da periferia, escadarias do morro, caminhos a céu aberto, lugares de cura, sonhos, intervalos e pátios de escola, mesas de cozinha, casas miúdas, ruelas, becos, lombadas de livro, roças-quilombos. É uma produção em que autoras e autores escrevem sob efeito da alteridade da infância como outro geracional (KOHAN, 2003).

Um livro pode ser lido por suas intensidades, pelos fluxos de desejo que ativa, por necessidade (DELEUZE; PARNET, 1998). Os textos desta coletânea trazem o potencial transformador do encontro com crianças reais e imaginadas (não menos reais), sobre falar em nome próprio, fazer arranjos inusitados, festejar invenções metodológicas. À medida que exploramos algumas de suas intensidades, vemos a complexidade e a sensibilidade analíticas e amorosas com que se tece uma gramática da esperança

(sob efeito da presença das gerações mais novas), como invoca Luciana Quixadá no último texto da coletânea-roda: “[...] considerando, principalmente, que seus sonhos podem operar como horizontes micropolíticos” (QUIXADÁ, 2022, p. 217). Inspiro-me na vivência de que, com crianças, conversas nem sempre são lineares, a fim de dizer que esta resenha se faz mais pelos efeitos da leitura que pela sequência que estrutura a obra. Muitas entradas são possíveis para a leitura do livro.

Podemos começar experimentando a urgência ética em acolher os endereçamentos das crianças, tal como no artigo de Juliana Siqueira de Lara. A pesquisadora acompanha e partilha de cenas cotidianas vividas pelas suas interlocutoras, “sábias locais”, moradoras de uma comunidade urbana no Rio de Janeiro. Relatos e atos de enfrentamento e significação das crianças sobre os efeitos da violência armada vão se interpondo, se impondo no percurso da pesquisadora, assim como também o fazem os próprios atos violentos testemunhados por elas. A escrita cria um plano ético-metodológico para problematização dos sentidos do cuidado e de proteção e nos interpela: como e onde nos posicionamos para que suas narrativas nos acertem?

As experiências, mesmo que compartilhadas por adultos e crianças, parecem não circular entre si e o que as crianças sentem e pensam não tem muito escoamento para além das falas individualizadas e brincadeiras, ironizando ou imitando a realidade. [...] adultos parecem muito solitários na busca por segurança cotidiana e se veem desamparados diante de uma instituição do Estado, que, em tese, presa justamente pela ‘segurança’” (LARA, 2022, p. 158).

Outra experiência é se perder pelas rotas descoloniais do texto-carta de Jaileila de Araújo Menezes, de ser impactadas/os pela força de sua escrita inventiva. Jaileila produz desejos de conversa em nós, ao fazer perdurar a ação da “pergunta ingênua de grande potência política” da sua interlocutora: “porque a gente mesmo não escreve as nossas histórias?” (MENEZES, 2022, p. 73). Não pretende explicar e sim partilhar politicamente memórias silenciadas dos povos subalternizados, pondo na roda linhas de (re)criação de sua própria adultez. Deixar que a pergunta-flecha atravessasse suas memórias e suas práticas acadêmicas e de vida, inspiradas no feminismo negro. “Posicionar-se como escritora engajada e contestadora em um mundo colonizado é tarefa que faz recusar formulações simplistas sobre a disposição das relações sociais. Trata-se de assumir o empreendimento narrativo de falar por si, ao invés de ser reduzida à linguagem do outro” (MENEZES, 2022, p. 75).

Keise Barbosa da Silva e Jamila de Oliveira Marques nos fazem sentir que o enfrentamento ao epistemicídio e ao silenciamento dos saberes do povo negro é movido conjuntamente por rotas de cura (VEIGA, 2021). Entre literatura e ancestralidade, ouvir no canto da preta avó de Ayo, Dona Olímpia, operações de re-existências diante do racismo estrutural e cotidiano capilarizado vividos pela menina desde cedo. Aprender que há “[...] territórios seguros em alguns lugares e outros, precisarão ser gerados. [...] que seu corpo poderia coabitar, para além do medo e da dor, sentimentos de coragem e de admiração de si própria” (SILVA; MARQUES, 2022, p.185).

No texto de Kátia Lacerda Meira Menezes e Ana Julia Lacerda Meire Menezes, podemos dizer que o enfrentamento se dá quanto às linhas duras institucionalizadas na produção do medo, em direção ao desejo de abraçar um medo-saída e não um medo-corrente. As autoras argumentam que medo e violência conformam um binômio que emerge na “construção das subjetividades e sociabilidade brasileira” (MENEZES, K; MENEZES, A., 2022, p. 203). Complementam, em uma atenta tessitura junto às narrativas ético-estéticas das crianças moradoras das periferias em Fortaleza, das quais se aproximam pela própria experiência de produção do livro, que “[...] exclusão ou extermínio de sujeitos e grupos são sutilmente deslocados no discurso hegemônico como dispositivos de segurança e proteção contra ameaças e perigos, ao mesmo tempo em que a exposição e a prevenção ao risco se impõem como responsabilidade individual” (Idem, p. 204).

Érika Cecilia Soares Oliveira e Késia dos Anjos Rocha nos dizem sobre a contação de histórias que recusa botar para dormir e embalar uma sociedade racista, heteronormativa e patriarcal. Experiência de ser lido-engolido pela literatura feminista e sua escrita devir-criança para poder germinar outros mundos. Acordar sem cerimônia a infância universal e normativa que descansa em berço esplêndido e invocar encantados e esperança para falar de novo, em outro começo. Luciana Martins Quixadá, Mariana Lustosa Brito e Thamires de Aquino Távora teimam e insistem na potência do encontro com crianças no projeto de extensão universitária Ciranda de Palavras. Mudam, ajustam, se aproximam, passeiam porque escutam as crianças, que por sua vez, desconcertam um território acadêmico delimitado a priori para decifrá-las. Emiliano Dantas e Lais Rodrigues contestam o plano da produção de conhecimento cartesiana, neutra, baseada em hierarquizações e objetificações. A criança-interlocutora, e que assina o artigo, cria pela presença de seus desenhos uma dimensão outra para quem lê. Nada de interpretação. Os desenhos são materialidade de um encontro, coisa que tem vida e potencial de gerar relações, nos dizem Emiliano e Lais, em diálogo com a antropologia ecológica de Tim Ingold e a pedagogia de Paulo Freire.

As crianças que ocupam as cenas do trabalho da equipe de pesquisadores do Comitê de prevenção e Combate à Violência (CPVC) insinuam-se como presenças que denunciam certo ajuste à própria escrita do texto. Embora as entrevistas não fossem com elas, choram, brincam, ficam por perto nos momentos de pesquisa e produzem fragmentos, pequenas conversas que também narram os efeitos devastadores da violência armada no Ceará. As crianças lembram a teia relacional e intergeracional devastada pela perda e que Daniele Jesus Negreiro, Roger Silva Souza, Monique Linhares Gomes e Renato Roseno de Oliveira visibilizam no texto.

Os capítulos citados acima compõem a parte II do livro. Convergem como palavras-giros, rodopios de saci (figura do folclore brasileiro), jovem preto, criatura da floresta, de sabedoria. Saci é imagem contra-hegemônica, presente no imaginário lúdico e cultural brasileiro (PAIVA, 2017), e que me invade enquanto escrevo. Saci e Anastácia (mulher sequestrada de África e escravizada no Brasil) são meus olhos para a menina da capa. Ela tem sobre a cabeça livros/cadernos. Parecem equilibrados, íntimos dela. Lembro-me das meninas com bacias de roupas que tanto vi na minha infância, na beira da estrada empoeirada em viagem pelo interior do Piauí, Nordeste. A janela do carro de onde as via era lugar muito distinto daquele em que Luciana Quixadá foi interpelada pela criança que inspira, a meu ver, a operação de decolonização em curso na produção deste livro. Não adianta apenas ouvir as crianças. O que temos a dizer a elas? O que vem depois dos seus endereçamentos? Universidades não podem mirar de longe (da janela em movimento) as meninas-negras que se equilibram pelo fio da estrada e se arriscam cotidianamente. As palavras que cortam o livro do meio às bordas têm a força da oralidade, dos saberes nem sempre escritos das crianças, que podem invocar um pesquisador pelos rastros, no que não tem morada óbvia, mas que nem por isso deixa de produzir efeitos.

A temática do medo e das políticas de (in)segurança são territórios acadêmicos e de vida das autoras enlaçados nas vozes de crianças periféricas e que postos em análise nos fazem transver os contornos naturalizados das violências cotidianas. Outra política de narratividade feita por mulheres (maioria) tocadas por práticas que também podem silenciá-las socialmente, porque a elas são destinadas e naturalizadas – cuidado, assistência, educação, proteção – na interseção do que aprisiona também as infâncias, sobretudo, empobrecidas, vulnerabilizadas e negras deste país. Torcer afetiva e cognitivamente regimes de saber-poder em que nos implicamos, requer operações genealógicas que nos lançam entre continuidades e descontinuidades (FOUCAULT, 2003). A obra conta com operações subversivas que se fazem nos detalhes dos capítulos, surpreendendo-nos. Assim, é o prefácio-crônica que nos tira da descrição monótona dos relatórios acadêmicos e conta poeticamente e na simplicidade como se produz extensão universitária, cruzando vida e sonhos daqueles que se juntam nessas jornadas de trabalho.

Realço que nessas condições e interesses se façam vidas de mulheres-mães, que contornam opressões do mundo do trabalho produtivista, academicista, masculinizado, branco por ações políticas como a amizade, o desejo, o corpo.

Soma-se à inventividade das escritas implicadas e desassossegadas das/dos autoras/es da parte II, o esforço analítico e reflexivo, não menos provocador, dos artigos de Ângela Alencar Araripe Pinheiro; Acileide Cristiane Fernandes Coelho e Maria Inês Gandolfo Conceição; Leônia Cavalcante Teixeira e Evilene Abreu Silva, que se encontram na parte I do livro. Em um cenário de desconfiança e ataque à ciência e à vida, de disputas narrativas, as reflexões históricas atuam como vetores capazes de produzir rachaduras e suspensões nos modos de construir as realidades, além de reposicionamentos subjetivos. A experiência de Ângela e sua presença na cena pública de defesa dos direitos de crianças e adolescentes testemunham a complexidade dos entraves que perfazem macro e micropoliticamente a prática de atores implicados na efetivação de uma outra normatividade jurídica desde a redemocratização do país. A pesquisadora lança seu espanto/protesto: estaríamos assistindo operações que agenciam socio-politicamente modos de subjetivação distintos como a constituição de 1888 e o Código de Menores? Sujeito de direitos e objeto do disciplinamento e controle coexistindo à medida que as vidas de crianças brasileiras pobres, negras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, periféricas, de comunidades rurais, órfãs são precarizadas, apagadas em sua potência neste mundo. Alinhavam-se afetos e análises panorâmicas para situar leitoras/es na complexidade das malhas do campo dos direitos das crianças e adolescentes e dos dispositivos para sua promoção, defesa e garantia. A tarefa ética se faz nas fronteiras de saberes à atuação das políticas de Assistência, Educação, Saúde. Leônia Cavalcante Teixeira e Evilene Abreu Silva apostam na produção singular do cuidado, em uma conexão que pode não se fazer apenas pelos encaminhamentos (mesmo se efetivos) entre equipamentos de cuidado nas várias instâncias. Há algo de um cuidado como artesanaria: “[...] amparo singular [...] que consiste na contextualização de possibilidades de vida que, muitas vezes, não se adequam às normatividades” (TEIXEIRA; SILVA, 2022, p. 62). Acileide Cristiane Fernandes Coelho e Maria Inês Gandolfo Conceição, por sua vez, apostam nas redes comunitárias e que produzem vínculos como meios de concretização das diretrizes do sistema de garantia de direitos. Analisam várias pesquisas que demarcam as dificuldades dos profissionais que atuam nas redes de proteção, indicando-nos a potência do permanecer e do partilhar, desde que atentos às horizontalidades e práticas de coletivização possíveis pela organização de redes locais.

Retomamos a conversa (feita na forma de carta) entre a pesquisadora Jaileila e a menina-criança. Quisemos que a ilustração da capa fosse ela, fosse nossa memória-menina encorajada a se revisitar como efeito da leitura do livro. Contrariando as polícias do discurso, o livro nos encoraja a contá-lo, recontá-lo, deixá-lo produzir seus efeitos, incomodar. Deixar vir à tona o reconhecimento das práticas relacionais formativas da adultez das/os pesquisadoras/es, alinhado às torções que precisam se fazer na matriz moderna colonial que se insinua lucrando com as violências dirigidas às vidas subalternizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta:1998.
- FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Ditos e escritos IV.
- GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KOHAN, W. O. **Infância: entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- LARA, J. S. “É tiro de bala achada, tia”: violência armada policial, cuidado e a palavra das crianças que não se escuta. In: QUIXADÁ, L. M; MENEZES, J. de A. (Org.). **Infâncias em territórios de (in) segurança: narrativas compartilhadas com crianças**. Fortaleza, Ceará: Editora da UECE, 2022. p.144-160.
- MENEZES, J. A. “Tia, estamos sempre lendo as histórias dos outros. por que a gente mesmo não escreve as nossas histórias? por que a gente também não pode ser autor?”. In: QUIXADÁ, L. M; MENEZES, J. de A. (Org.). **Infâncias em territórios de (in)segurança: narrativas compartilhadas com crianças**. Fortaleza, Ceará: Editora da UECE, 2022. p.70-83.
- MENEZES, K. L; MENEZES, A.J. L. “Ele tinha muito medo porque o bairro dele era muito perigoso”: pensando a produção do medo no cenário brasileiro. In: QUIXADÁ, L. M; MENEZES, J. de A. (Org.). **Infâncias em territórios de (in)segurança: narrativas compartilhadas com crianças**. Fortaleza, Ceará: Editora da UECE, 2022. p.199-216.
- PAIVA, F. **SACIabilidade imaginária**. Portal CRIANÇA E CONSUMO, Instituto Alana. 2017. Disponível em: <<http://www.flaviopaiva.com.br/ensaios/saciabilidade-imaginaria/>>. Acesso em: 20 out. 2022.
- QUIXADÁ, L. M. Crianças na periferia e narrativas compartilhadas: por uma gramática da esperança. In: QUIXADÁ, L. M; MENEZES, J. de A. (Org.). **Infâncias em territórios de (in) segurança: narrativas compartilhadas com crianças**. Fortaleza, Ceará: Editora da UECE, 2022. p. 218-236.
- QUIXADÁ, L. M; MENEZES, J. de A. (Org.). Infâncias em territórios de (in)segurança: narrativas compartilhadas com crianças. Fortaleza, Ceará: Editora da UECE, 2022.**
- SILVA, K. B.; MARQUES, J. O. AYÀ MI O JÁ: UM CONTO SOBRE (RE)EXISTÊNCIA E ANCESTRALIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS PERIFÉRICAS. In: QUIXADÁ, L. M; MENEZES, J. de A. (Org.). **Infâncias em territórios de (in)segurança: narrativas compartilhadas com crianças**. Fortaleza, Ceará: Editora da UECE, 2022. p. 180-198.
- TEIXEIRA, L. C; SILVA, E. A. Desafios à efetivação dos direitos de crianças e adolescentes – notas a partir de um caso clínico-institucional nos campos das políticas públicas de saúde mental e assistência social. In: QUIXADÁ, L. M; MENEZES, J. de A. (Org.). **Infâncias em territórios de (in)segurança: narrativas compartilhadas com crianças**. Fortaleza, Ceará: Editora da UECE, 2022. p.53-68.
- VEIGA, L. M. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

Palavras-chave: reexistências, crianças, narrativas, violências, direitos.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/11/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 05/12/2022

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa

Doutora em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Docente do Programa Profissional em Psicologia e Políticas Públicas (Universidade Federal do Ceará/Campus Sobral-Ceará, Brasil) e do Departamento de Psicologia de Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Membro do Grupo de Pesquisas e intervenções em Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordena o Projeto de extensão Maquinarias: infâncias em invenção.

E-mail: ericaatem@ufc.br